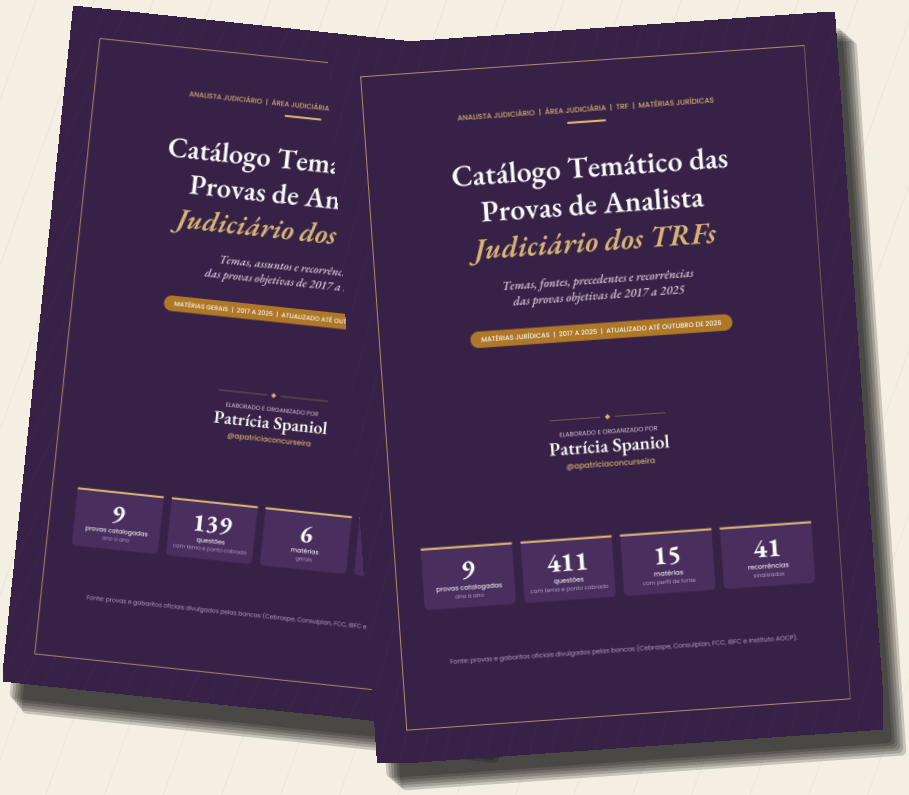
ANALISTA JUDICIÁRIO | TRF | PROVAS OBJETIVAS

AMOSTRA GRATUITA

Catálogo Temático das Provas de Analista *Judiciário dos TRFs*

Temas, fontes, precedentes e recorrências das provas objetivas de 2017 a 2025



ELABORADO E ORGANIZADO POR

Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

AMOSTRA GRATUITA

O que você vai ver nesta amostra

Páginas reais do catálogo e do bônus, sem nenhuma alteração.

1 **Sobre o material**
A apresentação do catálogo e da autora: o que ele organiza e como usar.

2 **Uma página de temas**
Direito Administrativo na prova do TRF5 de 2024, com as marcas de recorrência e um quadro de atualização posterior à prova.

3 **Uma página do bônus**
Raciocínio Lógico e Matemática na prova do TRF3 de 2024, no volume de Matérias Gerais.

SÓ NO MATERIAL COMPLETO

- Matérias Jurídicas: as nove provas de 2017 a 2025, com 411 questões organizadas por ano, prova e matéria
- Panorama estatístico com gráficos e quadro de recorrências das nove provas
- Raio-x, leitura estratégica e pontos de atenção de cada prova, com as mudanças posteriores
- Localizador por matéria e índice de precedentes
- Bônus: Matérias Gerais (Português, Raciocínio Lógico, Informática, Administração e outras), com 139 questões

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações.

APRESENTAÇÃO

Sobre este material

Um mapa do que as provas objetivas de Analista Judiciário, Área Judiciária, dos Tribunais Regionais Federais cobraram, prova a prova e matéria a matéria.

Este é o volume de Matérias Jurídicas do Catálogo Temático das Provas de Analista Judiciário dos TRFs. Reúne as nove provas objetivas do cargo (Área Judiciária, sem especialidade) aplicadas de 2017 a 2025 por Cebraspe, Consulplan, FCC, IBFC e Instituto AOCP, num total de 411 questões das matérias jurídicas. Cada questão foi lida na íntegra, com o gabarito, e convertida em uma entrada: matéria, tema, ponto efetivamente cobrado, fonte exigida (lei seca, jurisprudência ou doutrina), dispositivos e precedentes que a resolvem. **Quando um precedente ou dispositivo volta a ser cobrado em outra prova, a entrada sinaliza a recorrência**, para que a revisão priorize o que a banca já repetiu.

COMO ESTÁ ORGANIZADO

1. Panorama estatístico das nove provas, com gráficos comparativos
2. Recorrências: precedentes e dispositivos que as provas repetem
3. Provas ano a ano: raio-x, leitura estratégica, pontos de atenção e temas por matéria
4. Localizador por matéria e índice de precedentes

Volume complementar: Matérias Gerais (Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico e Matemática, Informática e outras), com o mesmo método, em arquivo separado.

COMO USAR

Revisão por matéria: o localizador reúne cada matéria em todas as provas, com link para a página.

Prioridade: a marca de recorrência indica o que a banca já cobrou mais de uma vez.

Pontos de atenção: cada prova traz as polêmicas, os gabaritos discutíveis e as mudanças posteriores à aplicação.

QUEM ORGANIZOU



Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

Analista Judiciária Federal · Assistente técnica em gabinete de Desembargadora Federal

A concepção deste material decorre da convergência entre a prática da assessoria em gabinete, voltada à identificação precisa das teses determinantes para a resolução de controvérsias complexas, e o exame sistemático das provas de concursos jurídicos. Cada questão foi submetida a análise técnica individual, com a extração objetiva do tema, da fonte exigida e dos dispositivos e precedentes que a resolvem.

Aprovada em nove concursos públicos, entre eles:

2024 TRF da 3ª Região
Analista Judiciária, Área Judiciária (41° lugar) e Técnica Judiciária (27° lugar)

2022 TJDFT
Analista Judiciária, Área Judiciária, e Técnica Judiciária, Área Administrativa

2021 Câmara Municipal de Igarapava/SP
Procuradora Legislativa

2018 TRT da 15ª Região
Técnica Judiciária, Área Administrativa

2018 DAAE de Araraquara/SP
Procuradora Autárquica

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

AMOSTRA GRATUITA

TEMA E PONTO COBRADO	FONTE	BASE NORMATIVA E PRECEDENTES
Autoridades equiparadas para fins de mandado de segurança Equiparam-se às autoridades, para fins de mandado de segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos, os administradores de entidades autárquicas e os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições. O titular de direito decorrente de direito de terceiro pode impetrar se o titular originário não o fizer em 30 dias após notificação judicial, e não cabe mandado de segurança contra ato sujeito a recurso administrativo com efeito suspensivo independentemente de caução, contra decisão judicial recorrível com efeito suspensivo ou contra decisão transitada em julgado.	LEI SECA	LEGISLAÇÃO CF, art. 5°, LXIX; Lei 12.016/2009, arts. 1°, § 1°, 3° e 5°, I a III

Direito Administrativo 6 questões

TEMA E PONTO COBRADO	FONTE	BASE NORMATIVA E PRECEDENTES
Hipóteses de tratamento de dados pessoais sensíveis Os dados pessoais sensíveis podem ser tratados sem consentimento quando o tratamento for indispensável ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador. O consentimento, quando exigido, deve ser específico e destacado, para finalidades específicas, e o legítimo interesse do controlador não autoriza o tratamento de dados sensíveis.	LEI SECA	LEGISLAÇÃO Lei 13.709/2018, art. 11, I e II, a
Direitos do titular de dados na LGPD O titular tem direito, entre outros, à confirmação da existência de tratamento e à informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa. A LGPD não prevê direito ao esquecimento (prevê a eliminação dos dados tratados com consentimento, com ressalvas), não estabelece indenização automática sem dano e disciplina a portabilidade a outro fornecedor mediante requisição expressa.	LEI SECA	LEGISLAÇÃO Lei 13.709/2018, art. 18, I, V, VI e VIII
Responsabilidade de terceiros e de sócios na improbidade Os sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, salvo se comprovadas participação e benefícios diretos, caso em que respondem nos limites da sua participação. Após a Lei 14.230/2021, o terceiro só responde se induzir ou concorrer dolosamente; as sanções da Lei 8.429/1992 não se aplicam à pessoa jurídica quando o ato também for sancionado como ato lesivo da Lei 12.846/2013; e o sucessor ou herdeiro responde pela reparação até o limite da herança ou do patrimônio transferido. RECORRENTE **Lei 8.429/1992, art. 3°** em TRF5 17	LEI SECA	LEGISLAÇÃO Lei 8.429/1992, arts. 3°, caput e §§ 1° e 2°, e 8°

ATUALIZAÇÃO No julgamento conjunto das ADIs 7.156 e 7.236, concluído em 1°/7/2026 (Informativo STF 1.225), o STF declarou inconstitucional a exigência de "benefícios diretos" do art. 3°, § 1°, para a responsabilização de sócios, cotistas, diretores e colaboradores da pessoa jurídica: hoje basta a participação dolosa no ato. A resposta oficial reproduz o texto original e deixa de refletir o direito vigente nesse ponto.

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

AMOSTRA GRATUITA

TEMA E PONTO COBRADO	ASSUNTO
Reescrita da voz passiva com locução verbal A reescrita “Mesmo quem não os tenha vivido poderá compreender momentos desse mundo perdido” preserva o sentido e a correção, com a transposição para a voz ativa. As demais versões alteram o sentido ou apresentam falhas, como a regência “implica em” e o emprego de “onde” sem valor de lugar. RECORRENTE **Reescrita e equivalência de frases** em TRF1 17, TRF5 17, TRF4 19, TRF3 19, TRF4 25	REESCRITA E EQUIVALÊNCIA DE FRASES
Ideia central de texto expositivo-argumentativo **Conhecimento exigido:** leitura global para identificar o valor central que o texto atribui ao seu objeto, a partir das conclusões do autor, e não de detalhes isolados. **Ponto de atenção:** as distratoras exageravam ideias com termos como fidelidade, totalidade ou relativização do presente, ou destacavam aspectos acessórios; prefira a alternativa que reproduz a relação principal construída pelo texto e desconfie de qualificadores intensos.	COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO
Sentido de expressão no contexto **Conhecimento exigido:** interpretação do sentido de expressões no contexto, com a verificação de que a leitura proposta se apoia no parágrafo em que cada expressão aparece. **Ponto de atenção:** as distratoras atribuíam às expressões valor negativo ou oposto ao que o texto constrói, como desprestígio ou alienação; confira se a paráfrase mantém a orientação argumentativa do trecho, positiva ou negativa, e o referente correto.	COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO
Metáfora da lembrança como diamante bruto “Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito” é metáfora, logo linguagem figurada. “Ser lapidado” está na voz passiva, o referente de “a qual” é “função”, e a vírgula após “fim” separa complementos coordenados e não é facultativa.	FIGURAS DE LINGUAGEM

Raciocínio Lógico e Matemática 5 questões

TEMA E PONTO COBRADO	ASSUNTO
Associação lógica com tabela de possibilidades **Conhecimento exigido:** associação entre pessoas e atributos por eliminação em tabela de dupla entrada, com o uso de pistas indiretas (parentesco, vizinhança, amizade, altura) para excluir a coincidência entre pessoa e atributo. **Ponto de atenção:** toda relação entre duas pessoas indica que elas são distintas; comece pela pista que elimina mais casas e registre cada exclusão antes de concluir. RECORRENTE **Associação e raciocínio lógico** em TRF3 19, TRF2 24	ASSOCIAÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO
Porcentagens aplicadas a subgrupos de um total **Conhecimento exigido:** cálculo de porcentagens sobre subgrupos distintos do total e montagem de equação do primeiro grau com diferenças entre quantidades de um mesmo subgrupo. **Ponto de atenção:** cada porcentagem incide sobre a base indicada no enunciado (o subgrupo, e não o total), e a soma pedida reúne os dois subgrupos; separe as bases e some apenas no final. RECORRENTE **Porcentagem** em TRF3 19, TRF2 24	PORCENTAGEM
Valor máximo com restrições de desigualdade **Conhecimento exigido:** resolução de problema com soma fixa e desigualdades estritas entre parcelas, com a dedução de um limite superior para a maior parcela a partir da condição de que ela seja menor que a soma das outras duas. **Ponto de atenção:** o limite teórico não basta; teste se existe combinação de inteiros que respeite todas as condições, pois as alternativas incluem valores que violam a ordem crescente. RECORRENTE **Operações e problemas aritméticos** em TRF3 19	OPERAÇÕES E PROBLEMAS ARITMÉTICOS
Soma de dígitos com restrições de calendário **Conhecimento exigido:** análise dos dígitos possíveis de uma data com as restrições do calendário (dia de 01 a 31, mês de 01 a 12), com a busca da maior soma possível de cada par de dígitos. **Ponto de atenção:** a dezena do dia limita a unidade, e a dezena do mês também; calcule a maior soma de cada parte e, a partir dela, descarte os meses incapazes de atingir o total.	CALENDÁRIOS E TEMPO

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

ESTA FOI SÓ UMA AMOSTRA

Comece pelo que *a banca já cobrou.*

- As provas de Analista Judiciário dos TRFs de 2017 a 2025: 411 questões jurídicas
- Tema, ponto cobrado, fonte, dispositivos e precedentes de cada questão
- Recorrências sinalizadas em cada entrada e reunidas em quadro próprio
- Raio-x, leitura estratégica e pontos de atenção de cada prova
- Bônus: Matérias Gerais, com 139 questões

CATÁLOGO + BÔNUS · PREÇO DE LANÇAMENTO

~~R$ 99~~ **R$ 57**

QUERO ESTE CATÁLOGO

Vai prestar TRF e TRT? Conheça o combo de Analista (os dois catálogos por R$ 97)

Aponte a câmera para o QR code ou toque no botão para garantir o seu

@patriciaiuris